

RESENHA

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: o epicentro das políticas de estado para educação brasileira



Por *Fábio Araujo de Souza*
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

DOURADO, Luiz Fernandes. *Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de estado para educação brasileira*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, ANPAE, 2017.

O livro traz na capa uma imagem da Série Metrópolis de Zé César, artista plástico, gravador e professor de gravura na Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás. Segundo seu autor, a imagem representa uma metrópole aglomerada e crescida desordenadamente, o que compromete a vida do cidadão. A imagem da capa, associada às políticas públicas educacionais, remete à maneira como elas vêm se aglomerando sem planejamento, sobretudo após o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. O veto presidencial no orçamento para 2018 nos dispositivos que tratavam dos recursos que iriam viabilizar o Plano Nacional de Educação (Lei federal n. 13.005 de 25 de junho de 2014), a Reforma do Ensino Médio e a Emenda Constitucional n. 95/2016 nos permitem inferir a afirmação anterior. E, assim como em uma metrópole desordenada, as atuais políticas públicas educacionais estão se estruturando.

O título do livro também leva os leitores a uma reflexão com relação à importância do atual Plano Nacional de Educação para a educação brasileira. Segundo Luiz Fernandes Dourado, o PNE (2014-2024) deve ser o epicentro das

políticas de Estado para a educação. Aliás, o termo epicentro – etimologicamente – vem do grego e significa o ponto da superfície da Terra onde primeiramente chega a onda sísmica. Dessa forma, pode-se inferir que o autor quer deixar nítida a importância do PNE (2014-2024), enquanto uma política de Estado, para a educação brasileira e/ou a necessidade de, no momento político atual, pós-golpe civil jurídico-midiático, demonstrar que as decisões políticas e econômicas podem pôr em “ruínas” o PNE (2014-2024).

O livro está organizado em introdução, capítulos um, dois, três, considerações finais, referências bibliográficas e anexo. O primeiro capítulo trata dos antecedentes históricos da educação brasileira, deixando claras as disputas de projetos com concepções distintas do papel do estado e do planejamento e a relação entre os entes federados. O autor realiza uma retrospectiva sobre alguns acontecimentos que precederam o PNE, que inclui desde a ideia de plano de educação proposta pelos Pioneiros da Educação Nova em 1932 até o próprio PNE (2014-2024).

No segundo capítulo, o autor aborda os avanços, os limites e as ambiguidades do PNE (2014-2024) e demonstra a necessidade de se entender o Plano como eixo das políticas educacionais. Ele expõe a sua preocupação com as políticas de governo em detrimento das de Estado e também com o processo de materialização delas, pois, segundo ele, a implementação dessas políticas não se dá de maneira linear após sua aprovação. O capítulo aborda, ainda, o processo de tramitação do Projeto de Lei n. 8.035 de 2010 (que deu origem à lei do PNE) até sua aprovação. Ele também analisa cada dispositivo da lei n. 13.005/2014.

O terceiro capítulo apresenta cada uma das 20 metas e das suas estratégias e tece considerações analíticas baseadas em estudos e documentos. As metas estão agrupadas por subtítulos, sendo o primeiro responsável por analisar a

educação básica (metas 1 a 11), o segundo, a educação superior (metas 12 a 14), o terceiro, a valorização dos profissionais da educação (metas 15 a 18) e o quarto versa sobre a gestão democrática e o financiamento da educação (metas 19 e 20). As metas e as estratégias são analisadas tendo como base os indicadores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e há, ainda, uma contextualização atualizada e um apontamento de alguns desafios que estão colocados para a implantação plena dessas metas e dessas estratégias.

No que tange à educação infantil, o autor revela que há grandes desafios para o alcance pleno da meta 1 e de suas estratégias com relação, sobretudo, à ampliação do atendimento às crianças nas creches. No que concerne ao ensino fundamental, ele aponta para a necessidade da melhoria da qualidade através da implementação do Custo Aluno Qualidade (CAQ) e da educação integral. No ensino médio, o autor destaca a fragilidade da Medida Provisória n. 746 e da Base Nacional Comum Curricular em seu processo de construção e em sua materialização como desafios a serem enfrentados para se alcançar um ensino médio universalizado com qualidade.

Para o autor, a educação especial, na perspectiva inclusiva, está sendo fortalecida nos últimos anos e a principal preocupação é manter e consolidar esses avanços. A alfabetização de todas as crianças, prevista na meta 5 e nas suas estratégias, é objeto da análise do pesquisador, o qual evidencia a sua preocupação com a concepção de avaliação e a dinâmica avaliativa. A educação de tempo integral, pouco expandida no Brasil, precisa ser institucionalizada em sua concepção e necessita promover a ampliação de tempos, espaços e oportunidades, articulando-se com o projeto pedagógico das instituições de ensino.

A melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, expressa na meta 7 e nas suas estratégias, preocupa o autor, pois contribui para estabelecer *rankings* entre as instituições educativas ao negligenciar uma concepção ampla e formativa de avaliação, a qual poderia ter sido materializada através da Portaria n. 369/2016 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SINAEB), mas que foi revogada em agosto de 2016. O aumento da escolaridade média da população de 18 a 29 anos necessita de manutenção, de reforço e de ampliação das iniciativas de âmbito federal, além da participação dos demais entes federados para que crescentemente assumam a oferta da educação de jovens e adultos de forma orgânica.

As políticas para a educação superior expressas nas metas 12, 13 e 14, segundo o autor, devem estar pautadas na inclusão para que a expansão, a interiorização e a democratização desse nível de ensino favoreçam setores da sociedade historicamente excluídos. O autor se mostra preocupado com os recorrentes cortes e contingenciamentos no financiamento das instituições públicas de ensino superior, o que poderá inviabilizar o processo de expansão desencadeado pelo programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

A valorização dos profissionais da educação é tema das metas 15, 16, 17 e 18, as quais tratam do regime de colaboração entre os entes federados para a construção da política nacional de formação de profissionais da educação, da formação dos professores da educação básica, da equiparação do rendimento médio dos professores com profissionais de escolaridade equivalente e dos planos de carreira para os (as) profissionais da educação básica. O autor deixa explícita sua preocupação com as Reformas da Previdência e Trabalhista que poderão ter efeitos negativos, reforçando mais ainda a desvalorização social e econômica dos profissionais do magistério.

A gestão democrática e o financiamento da educação encerram a análise das metas e estratégias do PNE (2014-2024). Sobre a gestão democrática, o autor aponta a necessidade da organização do Sistema Nacional de Educação. Ele resgata os esforços da Conferência Nacional de Educação (Conae) para estruturar uma concepção adequada desse tipo gestão, além do papel da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), no intuito de criar dispositivos legais que regulamentem essa gestão na educação.

O financiamento da educação é um dos temas mais debatidos acerca do PNE (2014-2024). O autor inicialmente aponta a vitória do setor privado que conseguiu que os recursos públicos fossem estendidos também para ele e não exclusivamente para o setor público. Por outro lado, destaca a vitória do movimento social do campo educacional ao se estabelecer a definição de CAQ no Plano. A EC n. 95/2016 é apontada como uma ameaça para o alcance da meta 20 e das suas estratégias. Apresentam-se, ainda, medidas para garantir “novas” fontes de financiamento permanentes e sustentáveis.

O atual cenário político e econômico não se mostra muito favorável à materialização do PNE (2014-2024). Contudo, o autor aponta a Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE) 2018 como um espaço amplo de debate e de pactuação em torno da centralidade desse Programa. Os desafios que se colocam para a materialização do Plano e a sua centralidade como política de Estado para a educação brasileira devem estar amalgamados com a luta social em prol da retomada do Estado Democrático de Direito. Isso contribuirá decisivamente para o combate à realidade excludente e celetista que degrada os direitos sociais, os quais são objeto de luta histórica no Brasil.

O livro contribui para uma reflexão que vai de encontro ao fatalismo e ao ostracismo do pessimismo criado pelas crises crônicas do sistema econômico

capitalista, notadamente o mais injusto do mundo. Em momentos de adversidade, a contribuição desta obra aponta para a necessidade de os indivíduos refletirem acerca da função ativa de transformadores da realidade, sobretudo para negar a função de simples espectadores imposta historicamente pelos que dominam. No atual cenário político, esses sujeitos dominadores serão os únicos privilegiados a atravessarem a “Ponte para o Futuro”.

Referência

DOURADO, Luiz Fernandes. *Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de estado para educação brasileira*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, ANPAE, 2017.

SOBRE O AUTOR

FÁBIO ARAUJO DE SOUZA é Doutor em educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

E-mail: fabioaraujodesouza@yahoo.com.br

Recebido em: 24.03.2018

Aceito em: 24.04.2018